



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.677, DE 2008 **(Do Sr. Regis de Oliveira)**

Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, excluindo do regime de monopólio da União o transporte e a entrega de carta e cartão postal para localidades ou horários não atendidos pela ECT e quando executados para endereços não fixos e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA;
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, excluindo do regime de monopólio de exploração da União o transporte e a entrega de carta e cartão postal para localidades ou horários não atendidos pela ECT, e quando executados para endereços não fixos e dá outras providências.

Art. 2º O §2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

“Art.9º.....

§ 2º.....

c) *transporte e entrega de carta e cartão-postal, executados em endereços de origem ou destino não atendidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;*

d) *transporte e entrega de carta e cartão-postal, executados em horários ou datas não atendidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;*

e) *transporte e entrega de carta e cartão postal, executados em regime de rastreamento e urgência não oferecidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;*

f) *transporte e entrega de carta e cartão-postal, executados em endereços não fixos, como tal entendidos os hotéis e aeroportos.”(NR)*

h) *o transporte de correspondência agrupada quando a carta ou qualquer outro documento que acompanha a mercadoria se referir exclusivamente ao conteúdo do volume em que estiver incluída;*

Art. 3º As definições de “CARTA” e “IMPRESSO” constantes do art. 47 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art.47.

CARTA – toda comunicação enviada de pessoa a pessoa, inserida em invólucro fechado protegido pelo sigilo da correspondência e endereçada. (NR)

.....

IMPRESSO – reprodução obtida através de meio mecânico ou eletrônico, editada em vários exemplares idênticos ou não, compreendendo: jornais, revistas, periódicos, livros, material de publicidade, mensagens eletrônicas, notas fiscais, faturas, duplicatas, notas promissórias, talonários de cheques, cartões bancários, contratos, comunicações que acompanhem mercadorias e outras comunicações de caráter mercantil; além de qualquer correspondência que contenha no invólucro mensagem autorizando a abertura.(NR)

.....”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, regula o monopólio de exploração dos serviços postais estabelecido pela Constituição Federal, estabelecendo normas para a distribuição de carta, cartão postal, telegrama, cecograma e correspondência agrupada, assim como excluindo do regime de monopólio as pequenas encomendas e impressos.

O artigo 48 dessa Lei estabeleceu que, em prazo não superior a um ano, o Poder Executivo editaria os Decretos para regulamentá-la. No ano de 1979 foi publicado o Decreto-Lei nº 83.858, o qual trouxe importantes definições, como as de carta, impresso e correspondência agrupada, bem como as exceções ao regime de monopólio.

Ocorre que esse Decreto-Lei foi revogado, criando uma lacuna legal que resultou em inúmeras disputas judiciais entre a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – e as empresas privadas que operam o serviço postal. Estas disputas judiciais resultaram na ADPF46, que encontra-se em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A tese jurídica principal defendida na ADPF46 é a de que o comando verbal dos constituintes expresso no artigo 21, inciso X, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual, compete a União “manter o serviço postal e o correio aéreo nacional”, significa que a União tem o dever garantir o serviço postal, mas não necessariamente explorá-lo diretamente.

É preciso considerar, também, que a idéia de que somente uma única empresa, controlada pela União, deva ter exclusividade absoluta na

entrega de correspondência de qualquer natureza, seja pessoal ou mercantil, doméstica ou internacional, constitui um aspecto jurídico que não é compatível com as economias modernas, competitivas, livres e globalizadas do século XXI.

Os modelos existentes em praticamente todos os países do mundo corroboram a idéia da superação do conceito de monopólio postal, tendo em vista que nesses países existem serviços privados de entrega de encomendas e documentos de natureza comercial. O Brasil não é exceção, sendo observadas inúmeras empresas convivendo com a ECT, sem que esta tenha se tornado economicamente inviável.

Além disso, é preciso considerar que, se atividade postal privada for condenada à ilegalidade, cerca de quinze mil empresas, que empregam em torno de um milhão e meio de trabalhadores poderão fechar as portas, podendo conduzir o País a um “apagão” nas comunicações. Um paralelo que pode ser estabelecido é o do setor de telefonia: quando era explorado sob o regime de monopólio da União, considerava-se “normal” esperar quatro anos para receber uma linha telefônica, sendo que, agora, com o setor operando em regime de competição, em apenas um dia os cidadãos têm suas solicitações atendidas.

Este Projeto de Lei, portanto, tem o objetivo de colocar fim a tais disputas, que produzem insegurança jurídica e não criam condições propícias aos investimentos no setor. Assim, consideramos que ao introduzir determinadas exceções ao regime de monopólio e tornando claras as definições previstas no artigo 47 da Lei dos Serviços Postais, estaremos contribuindo para aprimorar o marco legal vigente para o setor, e permitindo uma decisão mais precisa por parte dos Tribunais Superiores, freqüentemente chamados para resolver essas questões. Além disso, esperamos aumentar a competitividade e a eficiência do setor postal brasileiro, refletindo ganhos para a nossa economia.

Esse contexto deixa claro a imperiosa necessidade de interferência do Poder Legislativo no sentido de regular a matéria, de forma oferecer legislação capaz de garantir o direito do cidadão à comunicação, tendo que vista que tal direito estará seriamente ameaçado na hipótese de vencer a tese segundo a qual o monopólio tem caráter absoluto.

Sendo assim, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a APROVAÇÃO deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2008.

Deputado Regis de Oliveira

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**
.....

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**
.....

Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II - declarar a guerra e celebrar a paz;

III - assegurar a defesa nacional;

IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII - emitir moeda;

VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

** Inciso XI com redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/1995.*

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/1995.*

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

** Inciso XIV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

** Inciso XXII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

** Alínea b com redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 08/02/2006.*

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

** Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 49, de 08/02/2006.*

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

** Primitiva alínea c renumerada pela Emenda Constitucional nº 49, de 08/02/2006.*

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

** Inciso XXVII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

.....

LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978

Dispõe sobre os Serviços Postais.

.....

TÍTULO II
DO SERVIÇO POSTAL

.....

Art. 9º São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão-postal;

II - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição para o exterior, de correspondência agrupada;

III - fabricação, emissão de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal.

§ 1º Dependem de prévia e expressa autorização da empresa exploradora do serviço postal:

a) venda de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal;

b) fabricação, importação e utilização de máquinas de franquear correspondência, bem como de matrizes para estampagem de selo ou carimbo postal.

§ 2º Não se incluem no regime de monopólio:

a) transporte de carta ou cartão-postal, efetuado entre dependências da mesma pessoa jurídica, em negócios de sua economia, por meios próprios, sem intermediação comercial;

b) transporte e entrega de carta e cartão-postal, executados eventualmente e sem fins lucrativos, na forma definida em regulamento.

Art. 10. Não constitui violação do sigilo da correspondência postal a abertura de carta:

I - endereçada a homônimo, no mesmo endereço;

II - que apresente indícios de conter objeto sujeito a pagamento de tributos;

III - que apresente indícios de conter valor não declarado, objeto ou substância de expedição, uso ou entrega proibidos;

IV - que deva ser inutilizada, na forma prevista em regulamento, em virtude de impossibilidade de sua entrega e restituição.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II e III a abertura será feita obrigatoriamente na presença do remetente ou do destinatário.

.....

TÍTULO VI
DAS DEFINIÇÕES

Art. 47. Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

Carta - objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário.

Cartão-postal - objeto de correspondência, de material consistente, sem envoltório, contendo mensagem e endereço.

Cecograma - objeto de correspondência impresso em relevo, para uso dos cegos. Considera-se também cecograma o material impresso para uso dos cegos.

Código de Endereçamento Postal - conjunto de números, ou letras e números, gerados segundo determinada lógica, que identifiquem um local.

Correspondência - toda comunicação de pessoa a pessoa, por meio de carta, através da via postal, ou por telegrama.

Correspondência agrupada - reunião, em volume, de objetos da mesma ou de diversas naturezas, quando, pelo menos um deles, for sujeito ao monopólio postal, remetidos a pessoas jurídicas de direito público ou privado e/ou suas agências, filiais ou representantes.

Cupom-Resposta Internacional - título ou documento de valor postal permutável em todo País-Membro da União Postal Universal por um ou mais selos postais, destinados a permitir ao expedidor pagar para seu correspondente no estrangeiro o franqueamento de uma carta para resposta.

Encomenda - objeto com ou sem valor mercantil, para encaminhamento por via postal.

Estação - um ou vários transmissores ou receptores, ou um conjunto de transmissores e receptores, incluindo os equipamentos acessórios necessários para assegurar um serviço de telecomunicações em um determinado local.

Fórmula de Franqueamento - representação material de pagamento de prestação de um serviço postal.

Franqueamento Postal - pagamento da tarifa e, quando for o caso, do prêmio, relativos a objeto postal. Diz-se também da representação da tarifa.

Impresso - reprodução obtida sobre material de uso corrente na imprensa, editado em vários exemplares idênticos.

Objeto Postal - qualquer objeto de correspondência, valor ou encomenda encaminhado por via postal.

Pequena-Encomenda - objeto de correspondência, com ou sem valor mercantil, com peso limitado, remetido sem fins comerciais.

Preço - remuneração das atividades conectadas ao serviço postal ou ao serviço de telegrama.

Prêmio - importância fixada percentualmente sobre o valor declarado dos objetos postais, a ser paga pelos usuários de determinados serviços para cobertura de riscos.

Registro - forma de postagem qualificada, na qual o objeto é confiado ao serviço postal contra emissão de certificado.

Selo - estampilha postal, adesiva ou fixa, bem como a estampa produzida por meio de máquina de franquear correspondência, destinadas a comprovar o pagamento da prestação de um serviço postal.

Tarifa - valor, fixado em base unitária, pelo qual se determina a importância a ser paga pelo usuário do serviço postal ou do serviço de telegrama.

Telegrama - mensagem transmitida por sinalização elétrica ou radioelétrica, ou qualquer outra forma equivalente, a ser convertida em comunicação escrita, para entrega ao destinatário.

Vale-Postal - título emitido por uma unidade postal à vista de um depósito de quantia para pagamento na mesma ou em outra unidade postal.

Parágrafo único. São adotadas, no que couber, para os efeitos desta Lei, as definições estabelecidas em convenções e acordos internacionais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. O Poder Executivo baixará os decretos regulamentares decorrentes desta Lei em prazo não superior a 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, permanecendo em vigor as disposições constantes dos atuais e que não tenham sido, explícita ou implicitamente, revogados ou derogados.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO Nº 83.858, DE 15 DE AGOSTO DE 1979

**Revogado pelo Decreto s/n , de 15 de Fevereiro de 1991*

Aprova o Regulamento do Serviço Postal e do Serviço de Telegrama.

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Serviço Postal e do Serviço de Telegrama, que a este acompanha.

Art. 2º Deverá ser encerrada no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação deste Decreto, a exploração feita por terceiros, de serviço de transporte ou de entrega de comunicação escrita definido no Regulamento como monopólio da União.

Parágrafo único. Fica vedada a celebração ou a prorrogação de contratos ou convênios para prestação de serviços referidos neste artigo, a partir da data da publicação deste Decreto, a quem não tenha competência legal para explorá-los.

Art. 3º Os serviços a cargo do Correio Aéreo Nacional - CAN não são abrangidos por este Regulamento.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto n. 29.151, de 17 de janeiro de 1951, e demais disposições em contrário.

REGULAMENTO DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Este Regulamento rege os direitos e obrigações concernentes ao serviço postal e ao serviço de telegrama em todo o território do País, incluídos as águas territoriais e o espaço aéreo, assim como nos lugares em que princípios e convenções internacionais lhes reconheçam extraterritorialidade.

Parágrafo único. O serviço postal e o serviço de telegrama internacionais são regidos também pelas convenções e acordos internacionais ratificados ou aprovados pelo Brasil.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º O serviço postal e o serviço de telegrama são explorados pela União, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, constituída pelo Decreto-Lei n. 509, de 20 de março de 1969, referida neste Regulamento como empresa exploradora.

Art. 3º A supervisão do serviço postal e do serviço de telegrama cabe ao Ministério das Comunicações.

Art. 4º É de competência do Ministério das Comunicações, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores no que couber, a coordenação e o acompanhamento das atividades de caráter técnico, econômico, administrativo, jurídico e político, relativas ao serviço postal e ao serviço de telegrama, desenvolvidas com administrações estrangeiras e com organismos e entidades internacionais.

Parágrafo único. O Ministério das Comunicações, na qualidade de Administração Postal e de Telecomunicações, deve assegurar a observância das convenções e dos acordos internacionais relativos ao serviço postal e ao serviço de telegrama.

Art. 5º A execução do serviço postal e do serviço de telegrama internacionais, bem como a liquidação das contas decorrentes do tráfego com administrações estrangeiras, competem à empresa exploradora.

Parágrafo único. No caso do serviço de telegrama internacional, a liquidação das contas com administrações estrangeiras deve ser efetuada por intermédio da empresa operadora dos meios de telecomunicações utilizados para a transmissão de telegrama, de acordo com instruções do Ministério das Comunicações.

.....
.....

DECRETO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991

Mantém concessões, permissões e autorizações
nos casos que menciona e dá outras
providencias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam mantidas as concessões, permissões e autorizações vigentes, outorgadas para:

I - funcionamento de empresas de mineração, de navegação aquaviária e de energia elétrica;

II - derivação de águas, bem assim a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais;

III - exploração de portos marítimos, fluviais e lacustres e de serviços de energia elétrica e de transportes Ferroviário e aquaviário.

**Inciso com redação dada pelo Decreto de 15 de dezembro de 1992.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos demais títulos de direitos minerários.

Art. 2º O Ministro de Estado da Infra-Estrutura declarará, mediante portaria, as concessões, permissões e autorizações ou demais títulos de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Ficam ressalvados os efeitos das declarações de utilidade pública para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos anteriores à vigência deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Declaram-se revogados os Decretos relacionados no Anexo.

Brasília, 15 de fevereiro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Ozires Silva

ANEXO

.....
83.854, de 14 de agosto de 1979;
83.858, de 15 de agosto de 1979;
83.859, de 16 de agosto de 1979;
83.860, de 16 de agosto de 1979;
83.861, de 16 de agosto de 1979;
83.862, de 16 de agosto de 1979;
83.864, de 16 de agosto de 1979;
83.865, de 16 de agosto de 1979;
.....
.....

FIM DO DOCUMENTO